

AS MISSÕES DE PAZ DAS NAÇÕES UNIDAS E OS GASTOS MILITARES – UM ESTUDO QUANTITATIVO DO CASO BRASIL

Vinícius Damasceno do Nascimento*

RESUMO

O presente artigo trata de Missões de Paz das Nações Unidas e de Gastos Militares, a fim de compreender esta relação no caso do Brasil. Com o intuito de alcançar este objetivo, foi, primeiramente, construído um modelo teórico que, posteriormente, foi transformado em matemático e deste em estatístico, a fim de quantificar os impactos sofridos pelos Gastos Militares, como resultado da participação das Forças Armadas brasileiras em Missões das Nações Unidas. A participação das Forças Armadas junto à ONU tem aumentado ao longo do tempo e tende a se manter no mínimo constante, uma vez que, a partir de 2005, o país passou a contar com uma unidade do Exército especializada em formar pessoal para as Missões de Paz, o Centro de Instrução de Operações de Paz, e que, em 2010, o mesmo foi transformado em Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil. Os resultados da pesquisa apresentados neste artigo contribuem para a compreensão do comportamento do Poder Político no processo decisório relativo à definição dos Gastos Militares com base na participação das Forças Armadas em Missões das Nações Unidas.

Palavras-chave: Missão de Paz, Gastos Militares, ONU, Brasil.

* Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército Brasileiro (ECEME) onde desenvolve pesquisas nas áreas de Gestão de Defesa e Estudos da Paz e da Guerra

1 INTRODUÇÃO

O mundo passou por mudanças sociais profundas na transição do século XX para o XXI, como a reestruturação econômica mundial diante da crise do estatismo e o apogeu de movimentos sociais e culturais. De igual forma, a comunidade internacional passou a viver também uma revolução informacional (Castells, 2010), que se confunde com o fenômeno conhecido como globalização.

Em que pese essa globalização seja caracterizada pela instantaneidade da informação, outros aspectos também se fazem presentes como a crescente artificialidade do espaço e a aceleração dos transportes (Mattos, 2002). Essas mudanças permitem definir este fenômeno como a compressão do tempo e do espaço (Holton, 1998), mais marcante na atualidade, principalmente após a queda do muro de Berlim e do término da Guerra Fria (Mattos, 2002; Holton, 1998). Entretanto, o termo, em si, é polêmico (Brown e Ainley, 2012), existindo defesa no sentido de que o referido fenômeno tem sua origem nas grandes navegações do século XV (Modelska *et al*, 2008; Wallerstein, 1999), o que implicaria dizer que seu atual estágio se caracteriza pela intensificação das relações econômicas, políticas, sociais e culturais já existentes (Holm e Sorensen, 1995; Holton, 1998).

Assim, as alterações recentes teriam em seu escopo, também, a participação de países atrasados às mudanças do sistema-mundo (Wallerstein, 1999 e 2003; Giddens, 1990). Essas nações, percebendo a oportunidade de se projetarem internacionalmente com o hiato de poder resultante da decadência do comunismo e a balança tendendo unicamente para a hegemonia norte-americana (Meyer, 2013), deixaram de se preocupar com a geração de poder militar e voltaram sua atenção para outras questões, como o fortalecimento político-econômico em blocos, como a União Europeia. Em paralelo, outros grupos não aceitaram a hegemonia dos Estados Unidos da América, resultando no crescimento do terrorismo, que ganhou vulto após o ataque ao *World Trade Center* e ao Pentágono em 11 de setembro de 2001. Ao lado do terrorismo, figuram como “*novas ameaças*” do século XXI o narcotráfico, os grupos guerrilheiros ilegais armados, o crime organizado, o tráfico de armas, as migrações transnacionais, o contrabando, as minerações ilegais, a corrupção, os ataques à segurança cibernética e os desastres naturais (Moncayo, 2014; Ušiak, 2014; Bobbio, 2007).

Médio e, no período de 1989 até 2006, em dezessete missões que diversificaram o emprego em questão de escopo de atuação, totalizando o envio de 10.845 militares (Seintenfus, 2008).

Percebe-se que, no Brasil, o uso da força nos três primeiros tipos de operações não tem ocorrido no início do século XXI. Apesar disso, a capacidade para fazê-lo é mantida, ao que se chama Estratégia da Dissuasão (Brasil, 2012a, 2012b). Também, verifica-se que as Operações de Garantia da Lei e da Ordem, Humanitárias e de Manutenção da Paz, classificáveis como OAOG, e mais frequentes na atualidade, podem, talvez, ser consideradas o principal uso da Força em nossos dias.

Além dessas transformações mundiais terem tido também impacto no uso da força pelo Estado brasileiro, com a Constituição de 1988, o país ratificou sua aceitação à ordem internacional vigente e à *"solução pacífica das controvérsias"* (Preâmbulo da CF/88), bem como a adotar princípios de relações internacionais contra a guerra. Entre estes princípios, elencados no artigo 4º da CF/88, podem ser citados como os mais marcantes a *"autodeterminação dos povos"* (inciso III), a *"não-intervenção"* (inciso IV), a *"defesa da paz"* (inciso VI) e a *"solução pacífica dos conflitos"* (inciso VII), havendo outros que também se relacionam em menor intensidade (Brasil, 1988).

Assim, a projeção internacional do poder nacional brasileiro, na expressão militar, foi limitada pela postura pacífica adotada. Não podendo se envolver em conflitos armados, o Brasil pautou suas ações externas pela participação em missões da ONU, a princípio, classificáveis, sob o novo conceito operativo, também como OAOG, visto que *"... compreendem o apoio prestado ..."*, integrando os componentes militares e civil, a fim de *"... conciliar interesses e coordenar esforços para a consecução de objetivos ..."* (Brasil, 2015, p. 1-3).

Mas, empregar Forças Armadas envolve despesas e as crises políticas e econômicas internas, os reflexos das crises externas, e a incapacidade estrutural de resposta à competitividade do mercado globalizado (Pacheco, 1996), implicam em frequentes restrições orçamentárias às Forças Armadas. Assim, a decisão do quanto destinar à Defesa Nacional no processo de elaboração do orçamento da União e os contingenciamentos ao longo do exercício financeiro, podem gerar impactos negativos e fragilizar a Defesa Nacional (Souza Júnior e Freire, 2009), interferindo nessas projeções de poder.

Compreender a relação entre as OAOG e a definição do Orçamento de Defesa torna-se fator relevante para os decisores nos níveis político e estratégico. Desta forma, o presente trabalho pretende compreender a relação entre o uso das Forças Armadas em Missões de Paz e os Gastos Militar, a fim de mensurar esta relação no caso brasileiro.

Desta forma, o objetivo do presente trabalho é pesquisar a relação entre a contribuição brasileira para as Missões da ONU e os Gastos Militares, a fim de mensurar esta relação. Este objetivo visa responder ao seguinte problema de pesquisa: Qual o impacto da participação militar brasileira em Missões das Nações Unidas nos Gastos Militares do Brasil, a partir do século XXI?

A fim de responder o problema proposto, a pesquisa será orientada a responder as seguintes questões norteadoras: (i) Existe relação entre os Gastos Militares e a contribuição militar brasileira para as Missões da ONU? (ii) Qual o impacto financeiro desta contribuição?

2 METODOLOGIA

A ciência é um processo racional, sistemático e permanente em que se busca a verdade, sendo essa construção do conhecimento científico baseada em suposições que podem ser de quatro tipos: ontológicas, epistemológicas, sociais e metodológicas (Vergara, 2000). Em virtude deste trabalho aspirar a produção de um conhecimento rigorosamente tangível, concreto e objetivo, e ciente que a epistemologia é a componente lógica da ciência (Demo, 1985; Gerhardt e Silveira, 2009), torna-se razoável valorizar a perspectiva epistemológica face as demais, com a ressalva que deve estar sempre acompanhada da metodologia, pois não há ciência sem método (Marconi e Lakatos, 2003; Cervo e Bervian, 2002).

O método hipotético-dedutivo foi empregado para testar as hipóteses de pesquisa, porque: a pesquisa pressupõe lacuna de conhecimento que consiste em problema; a fim de solucionar o problema são formuladas hipóteses, passíveis de teste por meio de evidências empíricas (Silva e Menezes, 2005).

A metodologia qualitativa, especificamente o método estatístico, foram empregados neste trabalho por permitirem a redução de fenômenos sociais mais complexos a termos quantitativos e, pela

manipulação estatística, sua melhor compreensão e generalização (Lakatos e Marconi, 1991; Alyrio, 2009). Desta forma, uma vez definido o modelo teórico foi formulado o modelo econométrico (Demo, 1985). Na análise quantitativa, foi realizada a análise de estatística descritiva e gráfica das variáveis, de forma individualizada, a fim de identificar o comportamento das distribuições. A partir dos comportamentos existentes, foi verificada a correlação entre as variáveis e a modelagem matemática de regressão com maior aderência à realidade, tudo isto com o objetivo de responder o problema da presente pesquisa.

Este trabalho compreende um estudo observacional de série temporal (Kellstedt e Whitten, 2015), da variação dos Gastos Militares no Brasil em relação à contribuição brasileira no componente militar para as missões das Nações Unidas ao longo do século XXI.

O estudo se propõe a modelar a relação entre Gastos Militares do Brasil e a Participação em Missões de Paz das Nações Unidas. Assim, esta relação se estabelece entre Estados-Nação e a ONU, sendo todo país que o faz a população. Em virtude de a pesquisa abranger apenas as relações entre o Brasil e a ONU no século XXI, a amostra estará limitada temporal e espacialmente segundo estes critérios, sendo o Brasil a população e seus gastos e contribuições no período de 2000 até 2015 a amostra. Em relação ao corte cronológico, o trabalho focaliza no período a partir do século XXI. Esta delimitação temporal é resultado da própria abordagem institucional arremetida anteriormente, em que envolve a análise do Ministério da Defesa do Brasil, criado em 10 de junho de 1999, o que implica em se ater a uma janela temporal que se inicia no ano de 2000 e se estende até o ano de 2016 (Brasil, 2012a, 2012b), considerando que o exercício financeiro no Setor Público brasileiro é anual e coincide com o calendário civil, conforme Art. 34 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 (Brasil, 1964).

A coleta dos dados da Contribuição Militar para a ONU (Contr.Mil_ONU) englobou o quantitativo de militares que participaram em missões da ONU, por mês, em envio de tropa e de observadores militares. Esta informação foi extraída e tabulada dos Sumários Mensais de Contribuição (Militares, Policiais Civis e Tropas), por países, constantes nos Arquivos das Fichas de Informação das Operações de Manutenção de Paz do site das ONU. Para tanto, os dados foram levantados na "Library Dag Hammarskjöld", das Nações Unidas, disponível em: <<https://library.un.org/>> e na base de dados, também

oficial, "Data Dashboard – Global contribution for global peace", disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/operations/global_contribution.shtml>.

Os dados referentes aos Gastos Militares foram coletados do Relatório de "Despesas Orçamentárias por Agregadores Funcionais e Programáticos - R\$ mil correntes (exclui encargos com dívida)", do MPOG (Brasil, 2016). Foi aplicado o filtro de discriminação de despesa "defesa e segurança pública", referente aos gastos da União, e extraídas as despesas referentes a pessoal ativo. Com isso, obteve-se apenas os valores referentes às despesas de custeio e capital. As despesas com pessoal ativo foram retiradas em virtude de o Brasil possuir como estratégia nacional a dissuasão, sendo o efetivo das Forças Armadas (FA) um componente dessa dissuasão conforme PND, END (Brasil, 2012b) e LBDN (Ibidem, 2012a), independentemente de missões no exterior. Ainda, se as despesas com pessoal ativo fossem incluídas, reajustes salariais poderiam interferir na análise de relação que este trabalho se propõe. Optou-se por este relatório, primeiro, pela confiabilidade da fonte, o MPOG, segundo, por tratar de despesas orçamentárias, ou seja, aquisições e contratações realizadas com recursos do orçamento anual.

A fim de permitir a comparação dos valores da série temporal, os Gastos Militares anuais referentes ao período de 2000 até 2015, originalmente em moeda corrente (R\$ mil), foram deflacionados conforme IPCA ao ano base de 2000 (Brasil, 2016a, p. 16). Com isso, obteve-se o valor dos Gastos Militares ao preço constante do ano base de 2000 (GM_defl.2000).

O tratamento dos dados empregou o sistema informatizado SPSS a fim de permitir maior confiabilidade na geração dos resultados estatísticos e na análise econométrica.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

O Brasil envia tropas para Missões de Paz da ONU desde a primeira missão daquele órgão em 1956, a I Força de Emergência das Nações Unidas (Fontoura, 1999). Estas missões, inicialmente de pequeno vulto, enviando militares como oficiais de ligação, de Estado Maior e como observadores militares, se mostraram constantes e crescentes (Kenkel, 2011, p. 23; Miyamoto, 2008, p. 375), ao ponto de, em 2004, o Brasil assumir a liderança do componente militar da Missão para a Estabilização no Haiti (Minustah) e o comando do

componente naval da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (Unifil), passando a se falar na existência de políticas públicas para missões de paz (Nasser, 2012).

A participação das Forças Armadas brasileiras junto à ONU tem aumentado ao longo do tempo e tende a se manter, no mínimo, constante. Essa afirmativa é verdadeira, pois, a partir de 2005, o país passou a contar com uma Unidade Militar, do Exército, especializada em formar pessoal para as Missões de Paz, o Centro de Instrução de Operações de Paz (CIOpPaz), e que, em 2010, foi transformada em Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) (Brasil, 2012a). Com isso, verificam-se evidências de institucionalização dessa participação, a fim de perenizá-la, sendo isto um fato a ser considerado.

Em busca de explicar a crescente participação de países latino-americanos em Missões de Paz, Velásquez (2010) estudou a Argentina, o Brasil e o México, concluindo que a literatura não explicava, à época, a tendência desse comprometimento crescente. Ampliando seus estudos, o mesmo autor, no livro *The Myth of the Democratic Peacekeeper: Civil-Military Relations and the United Nations* (2013), propôs um modelo teórico a fim de explicar o problema que se propunha a responder, baseando-se na participação dos países na MINUSTAH (do francês *Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haïti*), e focando nas Relações Civil-Militares. Assim, considerando que os componentes domésticos influenciam a decisão política dos países participarem de Missões de Paz da ONU, identificou três variáveis: (i) sinalização, pela qual o país indica para a comunidade internacional a que adota políticas progressistas que dão suporte à sua intenção de assumir compromisso no nível internacional; (ii) reforma doméstica, envolvendo a transformação de mentalidade das Forças Armadas, a sociabilização dos militares internacionalmente e a integração das políticas de defesa e externa; e (iii) suplementação do Orçamento de Defesa, podendo implicar na complementação de salário dos militares, na atração de jovens para o serviço militar e no sustento/suplementação de Gastos Militares para a aquisição de materiais e equipamentos.

Conforme se verifica no **Gráfico 1**, o Orçamento de Defesa brasileiro tem aumentado de 2004 até 2011, da mesma forma que a participação brasileira em Missões de Paz, segundo informações retiradas da base de dados do *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI) e do Livro Branco de Defesa Nacional (Brasil, 2012a), concordando com a relação apresentada por Velásquez.

Esta relação, embora pareça óbvia pela teoria de Velásquez e pelo **Gráfico 1**, na realidade não é uma regra em si, em virtude de não haver consenso no meio acadêmico. Fontoura (1999), por exemplo, explica que existem casos em que países diferentes, sendo ambos contribuintes apenas com o envio de pessoal, possuem gastos reais diferentes, havendo Estados que lucram e outros que arcam com ônus acima dos valores reembolsáveis pela ONU. Diante deste apontamento, torna-se relevante lembrar que a teoria de Velásquez se baseia em uma abordagem indutiva, onde, por apenas um recorte, que são as missões da MINUSTAH, se generaliza o fenômeno ao ponto de criar tese passível de refutação diante de outros dados empíricos (Silva e Menezes, 2005).

Soma-se a isso o fato de que, em uma visão geral, os estudos com maior tendência a serem classificáveis como quantitativos, que buscam compreender os Gastos Militares, não costumam empregar variáveis que consideram a participação das Forças Armadas em conflitos de não-guerra, principalmente a participação em Missões de Paz (Selvanathan, 2014; Khalid e Noor, 2015; Bahmani-Oskooee e Goswami, 2006; Mintz, 2003; Abell, 1994; Cypher, 2007; Cothren, 2002; Davoodi et al, 2001; Fordham e Walker, 2005; Payne e Sahu, 1993; Knight et al, 1996).

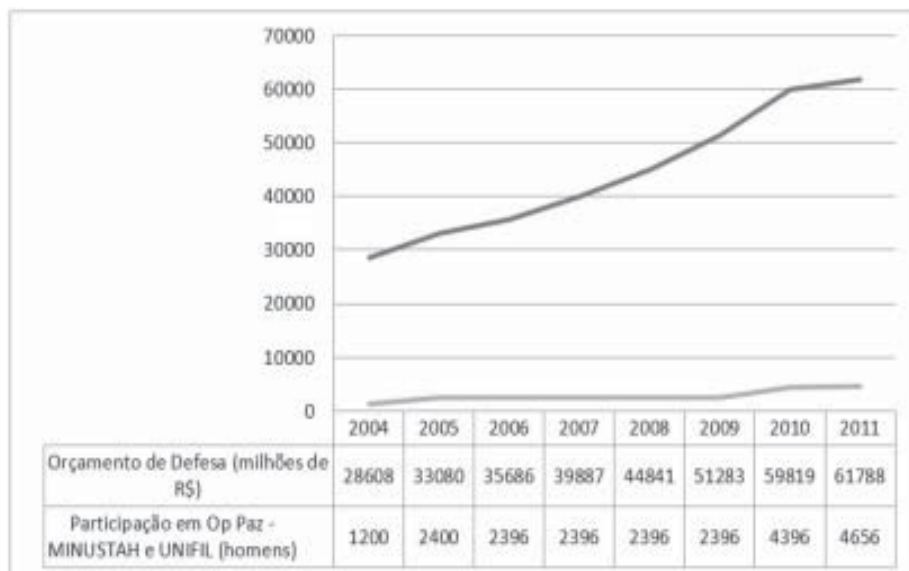


Gráfico 1 - Orçamento de Defesa e Efetivo em Missões de Paz no Brasil
 Fonte: os Autores, adaptado do SIPRI e do Livro Branco de Defesa (Brasil, 2012a).

Diante do exposto, a formulação do problema parte da terceira variável do modelo de Velásquez, a suplementação do Orçamento de Defesa pela participação em Missões de Paz, com destaque para a aquisição de materiais e equipamentos. Também, o caso Brasil, como apresentado por Velásquez, não se apresenta com fatos e relações que satisfaçam os argumentos apresentados, se comparado com afirmações como a de Fontoura, por não haver parâmetros de comparação evidentes entre os estudos. Ainda, em relação aos estudos quantitativos relacionados à Gastos Militares, verifica-se que não costumam ser analisados casos de uso da força em questões de não-guerra, principalmente promoção da paz, pois a econometria está tradicionalmente voltada para questões de conflitos e os modelos costumam ser formulados para países desenvolvidos, com ênfase nos EUA. Além dessa pouca ênfase para países em desenvolvimento latinos, como é o caso do Brasil, os estudos quantitativos não permitem analisar os impactos qualitativos e as transformações nas Forças Armadas dos países. Com isso, o problema a ser solucionado surge da análise mais pormenorizada deste aspecto da referida teoria no caso Brasil, existindo lacunas que não estão satisfatoriamente explicadas, o que implica na demanda de novas pesquisas (Marconi e Lakatos, 2003).

Em relação aos "*Gastos Militares*", podem ser citados, como autores que tratam do assunto, dentre tantos outros, Aguilar (2008), Almeida (2001, 2005, 2010 e 2015), Brustolin (2014), Costa (2011), Matos (2009), Moraes (2010), Pompeu (2009), Possati Jr (2012), Saint-Pierre e Palacios Junior (2014), e Souza Jr e Freire (2009). Quanto à "*Participação brasileira em Missões das Nações Unidas*", também existem autores que tratam do assunto, podendo ser citados, dentre outros, Aguilar (2015), Fontoura (1999), Kenkel (2011), Ribeiro (2014) e Seitenfus (2008). Em que pese existam trabalhos que tratam dos dois temas, são raros e, quando o fazem, empregam apenas metodologia qualitativa, o que impõe limitações à execução da análise objetiva de correlação e de impacto, tornando difícil a tarefa de estabelecer a relação entre Orçamento de Defesa e a participação de um país em Missões de Paz da ONU.

Apesar de ter sido identificada a referida relação nos trabalhos de Velásquez (2010, 2013), existe acentuada dificuldade de se estabelecer o padrão de comportamento para o caso Brasil, por falta

de teóricos suficientes que tratem do tema. Assim, pode-se estabelecer a hipótese teórica de existir essa relação de duas formas: primeiro, por meio da própria relação histórica entre Gastos Militares e a Guerra; e, como uma segunda forma, por meio da relação existente em outros estudos, mesmo que fora do contexto brasileiro.

Em relação a primeira forma de se estabelecer a relação teórica entre Orçamento de Defesa e participação militar em Missões de Paz, deve-se partir para os estudos econômicos e as diferentes abordagens aplicáveis às despesas militares. Atualmente, não só militares, mas também políticos, a mídia e o setor acadêmico citam os Gastos Militares como *“uma medida para se aferir o poder militar de uma nação”* (Silva Filho e Moraes, 2012, p. 8), mas o primeiro pensador a identificar a relação entre a governança de instituições democráticas à incentivos para a promoção da paz foi Immanuel Kant (1796) e só Angell (1910) é que foi capaz de reconhecer a guerra como um fenômeno econômico, embora a considerasse uma grande ilusão, pois entendia não gerar riquezas, como se acreditava, relacionando-a mais com as questões morais e entendendo-a como fruto do subjetivismo humano em relação aos valores (Angell, 1910; McGuire, 1995; Paradiso, 2002). A partir desses autores, vários outros teóricos passaram a estudar o uso da força como um fenômeno econômico (Dunne, 1990; Fiani, 1990), podendo ser citados como nomes relevantes para a evolução dos paradigmas econômicos aplicáveis aos Gastos Militares: Adam Smith (1996), David Ricardo (1996), Karl Marx (2008) e Keynes (1996, 1970), entre outros.

Embora não exista uma relação nítida entre as Missões de Paz e o Orçamento de Defesa, a relação entre a Guerra e os Gastos Militares pode ser empregada como ponto de partida. Isso se deve ao fato de que essa relação também foi comprovada cientificamente não apenas em função da ocorrência de guerra, mas também da expectativa de sua ocorrência, como ocorreu no período chamado Guerra Fria (1945-1989), em função do antagonismo entre capitalismo e socialismo de um mundo bipolar. O clima de tensão desencadeou a corrida armamentista entre os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, o que implicou no notório aumento das despesas mundiais no Setor Defesa (Baylis e Wirtz, 2002; Silva Filho e Moraes, 2012).

Desta forma, pode-se deduzir que não apenas a guerra influencia os Gastos Militares de uma Nação, mas a sua expectativa também, e, desta feita, de igual modo, se entende, que não apenas o uso da força impacta os Gastos Militares, mas também o seu não uso. Assim, pode-se, primeiro inferir que não é a guerra, mas sim o uso da instituição Forças Armadas, mesmo que não seja no contexto de um conflito bélico de grande proporção, incluindo, assim, confrontos de menor intensidade, que está a se tratar nesta relação. Entretanto, pode-se deduzir, também, que não é apenas o uso da força como ato de violência, mas a sua mera expectativa de emprego, gerando necessidades de preparação, aumentando os gastos, que está a se estudar. Com isso, ao se verificar que tanto o uso como o não uso impactam os Gastos Militares, não é a questão de uso que se está estudando, mas a mera existência das Forças Armadas e sua utilidade, podendo ser o seu uso ou seu não uso em guerras e até outras ações. Sobre Orçamento de Defesa não existe muito que deduzir, pois quando se estudam Gastos Militares, uma das fontes principais que se verifica são os dados orçamentários, como já exposto, o que implica em considerar que são conceitos intimamente relacionados.

Logo, o Orçamento de Defesa deve ser entendido em um contexto de Gastos Militares, bem como, as Missões de Paz, ao lado, das Guerras, devem ser entendidas como emprego das Forças Armadas, ou seja, seu uso como instituição e não apenas como atos de violência. Nesta perspectiva, da mesma forma que os Gastos Militares possuem íntima relação com a guerra, o Orçamento de Defesa também possui alguma relação, por mais incerteza que seja, com qualquer utilização ou expectativa de emprego das Forças Armadas, incluindo os casos de envio de tropas para Missões de Paz, como as que são estabelecidas pelas Nações Unidas.

Desta dedução lógica, pode-se presumir a existência de uma suposta relação, que, segundo Velásquez (2010, 2013), é positiva e tem impacto direto sobre a aquisição de materiais e equipamentos de emprego militar.

Acerca da segunda forma que se visualizou para identificar esta relação, ou seja, por meio de estudos em outros contextos que não o Brasil, recorreu-se aos estudos econométricos. O problema inicialmente identificado foi que a grande maioria dos modelos econométricos ligados ao setor defesa busca compreender a relação

A definição de gastos militares varia consideravelmente de um Estado para outro devido às diferenças de classificação e de métodos contábeis utilizados para a elaboração dos orçamentos nacionais. Os gastos militares publicados nos documentos de orçamentos nacional podem abranger mais ou menos áreas de atuação do Estado. Desta forma, os orçamentos militares não representam necessariamente um indicador apropriado sobre os esforços militares reais dos Estados.

Acerca da confiabilidade das bases de dados sobre Gastos Militares, Heye (2015), ao apresentar as fontes internacionais disponíveis para se analisar Gastos Militares, argumenta que existem problemas a serem considerados para se empregar as bases de dados disponíveis. Da linha argumentativa do autor é possível identificar os seguintes problemas: (i) a questão de confiabilidade das bases de dados, por serem informadas pelos próprios Estados e existirem questões políticas envolvidas na decisão do que informar; (ii) a questão de padronização metodológica que dificulta comparação, onde alguns empregam critérios contábeis, outros da Organização do Tratado do Atlântico Norte - OTAN, por exemplo; e (iii) a questão da falta de transparência sobre as fontes utilizadas para a constituição da base de dados. Em seu estudo emprega como fonte de dados o SIPRI, com a justificativa de ser o que melhor permite comparação no tempo e no espaço, sendo uma fonte não estatal com reputação pelo *"empenho e seriedade"*. Entretanto, como exposto pelo próprio autor, no caso Brasil o SIPRI apresenta problemas de confiabilidade: *"No ano de 2000, por exemplo, em relação aos gastos militares do Brasil, o IISS para o período entre 1990 e 1998 apresenta somente estimativas para os dois primeiros anos."*

Como consequência desta breve revisão de literatura, é possível perceber a existência de relação entre o Orçamento de Defesa e a participação militar em Missões de Paz, caracterizando o fenômeno, apesar da grande lacuna existente sobre o tema. Também foi verificado que a existência desta relação é perceptível quando o Orçamento de Defesa é compreendido dentro do contexto dos Gastos Militares, bem como as Missões de Paz no contexto da utilidade da Força como instituição. De igual forma, verifica-se que além da lacuna a ser

Esta pesquisa para checar o modelo teórico possui limitações, assim como Heye (2015) identificou existirem problemas nesses casos. In casu, destaca-se a questão de confiabilidade das bases de dados, por não estar sendo utilizado dados extraídos diretamente do SIAFI, cujo impacto espera-se minimizar pela utilização de relatórios prontos do Governo Federal brasileiro; derivando deste fato, também existe o problema de não ter sido possível segmentar os valores referentes à Segurança e Defesa, e confirmar tratar de recurso apenas do Ministério da Defesa.

Por fim, a modelagem econométrica referente ao comportamento dos Gastos Militares identificada na literatura não contempla a participação de um Estado em Missões da ONU e não faz a distinção entre despesas do Setor Defesa para o pagamento do pessoal da ativa, do custeio e do investimento. Assim, diante da abordagem proposta, não cabe realizar a revisão de algum modelo multivariado já existente, limitando-se apenas a estudar as duas variáveis: Gastos Militares, envolvendo despesas de custeio e investimento; e Contribuição Militar com envios de militares para missões da ONU.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Variável dependente: Gastos Militares

Estatística Descritiva			Testes de Normalidade		
		Estatística	Erro Padrão	Kolmogorov-Smirnov	
Média		12.150.205,926	1.724.129,293	Estatística	0,157
95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	8.475.311,3285		GI	16
	Limite superior	15.825.100,5228		Sig.	0,200*
Desvio Padrão		6.896.517,170		Shapiro-Wilk	
Mínimo		2.652.651,710		Estatística	0,907
Máximo		21.632.599,300		GI	16
Assimetria		-0,001	0,564	Sig.	0,103
Curtose		-1,583	1,091	*. Este é um limite inferior da significância verdadeira.	
Coefficiente de Variação		56,8%			

Quadro 1 - Estatística descritiva e Testes de Normalidade de GM_defl.2000

Fonte: os Autores, utilizando o SPSS

O histograma (**Gráfico 2**) apresenta indício de não normalidade. Já o comportamento de normalidade é indicado no **Gráfico 3** (Q-Q Normal) com relativa dispersão das observações no entorno da linha de normalidade esperada, sendo a representação mais indicada para pequenas amostras. Considerando o formato de S que as observações formam no **Gráfico 3** (Hair, 2005, p. 77), pode-se inferir que a distribuição apresenta achatamento. Da análise do **Gráfico 4** (box-plot) percebe-se que a distribuição não possui valores discrepantes.

De todo o exposto, entendeu-se haver o padrão de normalidade em "GM_defl.2000", principalmente pelos resultados dos testes de normalidade e do gráfico Q-Q Normal, havendo problemas de achatamento. Ações corretivas de transformação dos dados (inversão, raiz quadrada e logaritmos) foram empreendidas sem êxito para melhora da normalidade e da linearidade, sendo decidido manter os dados originais da variável (Hair, 2005, p.81)

4.2 Variável independente: contribuição militar

Estatística Descritiva			Testes de Normalidade		
		Estatística	Erro Padrão	Kolmogorov-Smirnov ^a	
Média		14.339,625	2.315,714	Estatística	0,216
95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	9403,80		GI	16
	Limite superior	19275,45		Sig.	0,045
Desvio Padrão		9.262,854		Shapiro-Wilk	
Mínimo		897,000		Estatística	0,889
Máximo		27.319,000		GI	16
Assimetria		-0.322	0.564	Sig.	0,053
Curtose		-0.987	1.091	a. Correlação de Significância de Lilliefors	
Coeficiente de Variação		64,6%			

Quadro 2 - Estatística descritiva e Testes de Normalidade de Contr.Mil_ONU

Fonte: os Autores, utilizando o SPSS.

Quadro 5 - Teste de Correlação e Sumarização do modelo de regressão pela origem

Teste de Correlação				Sumarização	
		GM defl.2000	Contr.Mil ONU	R	,968
Produto Cruzado Padrão	GM defl.2000	1,000	,968	R ²	,937
	Contr.Mil ONU	,968	1,000	R ² ajustado	,932
Sig. (unilateral)	GM defl.2000	.	,000	Erro padrão de estimativa	3.603.188,662
	Contr.Mil ONU	,000	.		
N	GM defl.2000	16	16	Durbin-Watson	1,545
	Contr.Mil ONU	16	16		

Fonte: os Autores, utilizando o SPSS.

A nova regressão passando pela origem, aumentou o coeficiente de correlação (R) de 0,880 para 0,968, possuindo um efeito grande, por estar acima do valor de 0,5 e aproximar-se mais de 1, sendo altamente significativo em virtude de o *p-valor* ser menor que 0,001. O coeficiente de determinação (R²) passou de 0,775 e ajustado de 0,759 para 0,937 e 0,932, respectivamente. Com isso, ficou indicada a maior aderência do modelo sem intercepto.

Quadro 6 - Coeficientes do modelo de regressão linear pela origem

Modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.	Colinearidade	
	B	Erro Padrão	Beta			Tolerância	VIF
1 Contr.Mil_ONU	793,342	53,259	,968	14,896	,000	1,000	1,000

Fonte: os Autores, utilizando o SPSS.

A regressão linear passando pela origem alterou o modelo com novo coeficiente preditor (b), conforme dados contidos no **Quadro 6**, como segue:

$$GM_defl.2000 = b * Contr.Mil_ONU + i \setminus GM_defl.2000 = 793,342 * Contr.Mil_ONU$$

4.5 Teste de Hipóteses

A fim de testar o modelo proposto, foram formuladas as hipóteses de teste a seguir:

a) $H_0^P: \beta \neq 0$, ou seja, a hipótese nula principal é que o preditor existe.

Esta hipótese nula principal visa comprovar a hipótese teórica de existência de relação entre a contribuição brasileira para as missões das Nações Unidas, no componente militar, e os Gastos de Defesa, no custeio e investimento. Assim, se $\beta \neq 0$, então existe alguma relação entre GM_defl.2000 e Contr.Mil_ONU;

b) $H_1^P: \beta = 0$, ou, a hipótese alternativa principal é que o preditor não existe.

Esta hipótese alternativa principal é o oposto da nula principal, pois se for verdadeira negará a existência de relação entre a contribuição brasileira para as missões das Nações Unidas, no componente militar e os Gastos de Defesa. Desta forma, se $\beta = 0$, então não existe relação alguma entre GM_defl.2000 e Contr.Mil_ONU;

c) $H_0^S: \beta > 0$, ou seja, a hipótese nula secundária é que o preditor é positivo.

Esta hipótese nula secundária visa comprovar que o impacto da contribuição brasileira para missões da ONU, no componente militar, é positivo, em relação aos Gastos Militares. Assim, se $\beta > 0$, então a relação é positiva entre as variáveis GM_defl.2000 e Contr.Mil_ONU, sendo o mesmo que dizer que na medida em que a Contr.Mil_ONU aumenta, então os GM_defl.2000 também aumentam; e

d) $H_1^S: \beta < 0$, que em palavras seria dizer que a hipótese alternativa secundária é que o preditor é negativo. Desta forma, se $\beta < 0$, então a relação é negativa entre as variáveis GM_defl.2000 e Contr.Mil_ONU, sendo o mesmo que dizer que na medida em que a Contr.Mil_ONU aumenta, então os GM_defl.2000 reduzem, e vice-versa.

A fim de testar as hipóteses foram aplicados o Teste F para verificar a existência do modelo e o Teste *t* de Student para a significância do coeficiente.

Quadro 7 - Tabela ANOVA do modelo de regressão linear sem intercepto

Modelo	Soma dos Quadrados	gl	Quadrado Médio	F	Sig.	
1	Regressão	2880724772713720,000	1	2880724772713720,000	221,885	,000
	Resíduo	194744528052984,000	15	12982968536865,600		
	Total	3075469300766703,500	16			

Fonte: os Autores, utilizando o SPSS.

O **Quadro 7** apresenta o resultado do Teste F para o modelo proposto e, por meio da Sig. $F = 0,000 < 0,05$, é possível afirmar que o modelo existe, aceitando $H_0^P: \beta \neq 0$.

Conforme **Quadro 6**, o Sig t de $b < 0,05$, implica em afirmar que b é significativo. Desta forma, a $H_0^S: \beta > 0$ também não foi rejeitada em virtude de β ser positivo. Com isso, pelo modelo definido, a Contr.Mil_ONU se propõe a explicar 93,2% dos GM_defl.2000.

4.6 Normalidade

O modelo de regressão linear simples pressupõe que o valor esperado do termo de erro é zero e que este tem distribuição normal, ou seja, $N(0,1)$ (Fávero et al, 2009, p. 356).

Quadro 8 - Estatística descritiva e Testes de Normalidade dos resíduos da Regressão linear pela origem; e Sumarização da Regressão dos resíduos no Teste de Glejser

	Estatística descritiva			Testes de Normalidade			Sumarização - Teste de Glejser	
	Média	Desvio Padrão	N		K-S	S-W	R	
Valor predito	11,376,220.6826	7,348,607.21680	16	Estatística	,171	,924	R ²	,260
Resíduo	773.985.24301	3.513.399.84963	16	Gl	16	16	R ² ajustado	,067
Valor Predito Padrão	,000	1,000	16	Sig.	,200*	,194	Erro padrão da estimativa	1978119,70712
Resíduo Padrão	,215	,975	16	*. Este é um limite inferior da significância verdadeira.				

Fonte: os Autores, utilizando o SPSS.

Da estatística descritiva dos resíduos padronizados, verifica-se que a média de 0,215 aproxima-se de 0 e o desvio padrão de 0,975 aproxima-se de 1, ocorrendo grande aproximação da Normal - $N(0,1)$. A fim de confirmar a hipótese de normalidade foram gerados o Histograma dos resíduos padronizados (**Gráfico 11**) e o Gráfico P-P Normal de Regressão dos Resíduos padronizados (**Gráfico 12**), que indicaram normalidade.

4.8 Multicolinearidade

A regressão linear pressupõe a não existência de relação linear exata entre as variáveis explicativas e existem mais observações do que variáveis explicativas (Fávero et al, 2009, p. 356).

Para o modelo proposto, o Fator de Inflação da Variância (VIF) é de 1,000 e a Tolerância é de 1,000, conforme **Quadro 6**, indicando ausência de multicolinearidade (Gujarati e Poter, 2011, p. 348; Field, 2009, p. 202). Este resultado é consequência de a regressão ser bivariada, não havendo um mínimo de duas variáveis explicativas.

Por fim, o pressuposto supracitado encontra-se plenamente atendido se, somado ao dantes exposto, atentar-se para a existência de 16 observações face apenas 1 variável explicativa (Contr.Mil_ONU).

4.9 Heterocedasticidade

O modelo de regressão linear pressupõe que o erro, além de possuir distribuição normal, não apresente autocorrelação ou correlação com qualquer variável independente, sendo uma violação a ocorrência de heterocedasticidade na distribuição dos erros (Fávero et al, 2009, p. 356). A fim de detectar a existência de heterocedasticidade na distribuição dos erros foi realizado o Teste de Glejser (Gujarati e Poter, 2011, p. 384), para os resíduos não padronizados (AbsUt) que foram regredidos à variável independente Contr.Mil_ONU.

O R^2 da regressão realizada apresentou o valor de 0,067, sendo menor que 1, e o R^2 ajustado o valor de 0,001, do que se torna possível supor existir constância da variância, o que indica homocedasticidade. O Gráfico de dispersão *ZRED x ZPRED (**Gráfico 13**) apresenta certa aleatoriedade dos pontos dispersos em torno do zero, indicando que as suposições de linearidade e homocedasticidade foram satisfeitas (Field, 2009, p. 208-209). Desta forma, mais um pressuposto encontra-se atendido e a aderência do modelo linear proposto confirmada.

5. CONCLUSÕES

Os resultados obtidos corroboraram com o quadro teórico exposto ao início do presente trabalho. O comportamento dos Gastos Militares sofre influência direta da contribuição nacional em Missões das Nações Unidas, no componente militar, sendo uma tese teórica e econometricamente plausível para a realidade brasileira no século XXI.

A regressão linear simples realizada permitiu compreender de forma mais significativa o comportamento do poder político brasileiro na formulação da Política Pública de manter missões de paz junto à ONU. Da modelagem efetivada é possível afirmar que, em média, para cada militar enviado para missões das Nações Unidas, haverá um aumento médio de 793,342 (R\$ mil ao preço base de 2000).

De toda a análise realizada, conclui-se, primeiro, que o modelo apresentou um resultado metodologicamente adequado às hipóteses de pesquisa, contudo a falta de tecnicidade na coleta dos dados e a confiabilidade das fontes, impõem limitações de aceitação dos resultados finais. Também foi possível verificar que o modelo de regressão proposto, se os dados espelharem a realidade, atenderia parcialmente ao objetivo da pesquisa. Tal assertiva se deve ao fato de que, apesar da $H_0^P: \beta \neq 0$ e da $H_0^S: \beta > 0$ serem aceitas, o modelo explica 93,2% do comportamento da relação, havendo 6,8% sem explicação. Deste indicativo, torna-se lógico supor que a inclusão de outras variáveis no modelo poderia alterar o resultado já obtido, inclusive revelando nova relação entre as variáveis investigadas neste trabalho.

Embora o modelo apresente R^2 e R^2 ajustado elevados, muito próximos de 1, com valores de 0,937 e 0,932, respectivamente, o que poderia induzir a uma aceitação do modelo como ideal, considera-se os apontamentos de Stock e Watson (2010, p. 234-235), aceitos na totalidade por Fávero (2009, p. 354), e opta-se por uma interpretação mais crítica e sem a correspondente aceitação do modelo. Os referidos autores explicam que estas estatísticas não são capazes de indicar: se uma variável é significativa; se os regressores são a verdadeira causa da variável dependente; se há ou não viés de omissão das variáveis; e se houve a escolha apropriada do conjunto de regressores.

_____. (Asamblea General). **Informe del Secretario General**, de 28 de diciembre de 2015 (español). Escala de cuotas para el prorrateo de los gastos de las operaciones de las Naciones Unidas para el mantenimiento de la paz – Aplicación de las resoluciones de la Asamblea General 55/235 y 55/236, 2015. Disponible em: <<http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/70/331/Add.1>>. Acesso em: 11 fev. 2017.

_____. **Contributors to United Nations peacekeeping operations (Police, UM Military Experts on Mission Troops)**, 2016. Descrição: Sumários Mensais de Contribuição (Militares, Policiais Civis e Tropas), por países. Disponível em: <http://www.un.org/es/peacekeeping/resources/statistics/contributors_archive.shtml>. Acessado em: 13 jun. 2016.

_____. **Data Dashboard – Global contribution for global Peace**, 2017. Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/operations/global_contribution.shtml>. Acesso em: 11 fev. 2017.

_____. **Library Dag Hammarskjöld**. Disponível em: <<https://library.un.org/>> Acesso em: 11 fev. 2017.

Fontes Secundárias

ABELL, John D. Military Spending and Income Inequality. **Journal of Peace Research**, v. 31, n. 1, p. 35-43, 1994.

AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. Políticas de defesa e orçamentos militares no Cone Sul. In: D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Samuel Alves; MATHIAS, Suzeley Kalil. (Org.). **Defesa, Segurança Internacional e Forças Armadas: textos selecionados do Primeiro Encontro da Associação Brasileira de Estudos de Defesa**. 1 ed. Campinas: Mercado de Letras, p. 101-121, 2008.

_____. A Participação do Brasil nas Operações de Paz: passado, presente e futuro. **Brasiliana – Journal for Brazilian Studies**. v. 3, n. 2, p. 113-141, mar/2015.

ALMEIDA, Carlos Wellington de Almeida. Economia e orçamento para a defesa nacional. **Revista do TCU**, v. 32, n. 90, p. 22-33, out-dez/2001.



_____. Transparência do orçamento de defesa: o caso brasileiro. **Red de Seguridad y Defensa de America Latina - RESDAL**, 2005. Disponível em: <<http://www.resdal.org/papers/caso-brasil.pdf>>. Acesso em: 02 Fev. 2016.

_____. Política de defesa no Brasil: considerações do ponto de vista das políticas públicas. **Opinião Pública**, Campinas, v. 16, n. 1, p. 220-250, jun/2010.

_____. **Orçamento de Defesa no Brasil**: evolução e perspectivas. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia) – Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2015.
ALYRIO, Rovigati Danilo. **Métodos e técnicas de pesquisa em administração**. Volume único. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009

ANGELL, N. **A Grande Ilusão**. Trad. Sérgio Bath. São Paulo: UnB, (c1910) 2002 (Clássicos IPRI).

ANSELMO, André Luiz Ramos Pereira. **10 anos de MINUSTAH**: uma avaliação de suas consequências políticas para o Brasil. Dissertação (Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa - Fundação Getúlio Vargas), Rio de Janeiro, 2014

BAHMANI-OSKOOEE, Mohsen; GOSWAMI, Gour G. Military Spending and the Black Market Premium in Developing Countries. **Review of Social Economy**, v. 64, n. 1, p. 77-91, 2006.

BAYLIS, John; WIRTZ, James J. **Introduction**. In: _____. **Strategy in the Contemporary World**: an introduction to strategic studies. London: Oxford University Press, p. 1-14, 2002.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. 14. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

BROWN, Chris; AINLEY, Kirsten. **Compreender as Relações Internacionais**. Lisboa: Gradiva, 2012.

BRUSTOLIN, Vitelino Marcos. Dimensões e aplicações do Orçamento de Defesa do Brasil. **Mural Internacional**, v.5, n. 1, p. 38-45, jan-jun/2014.

CASTELLS, Manuel. **The Information Age**: Economy, Society and Culture, v. 3 – End of Millennium, 2. ed., Oxford: Wiley-Blackwell, 2010.





CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 5. ed., São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CYPHER, James M. La reestructuración de la política económica armamentista en EEUU: mas allá del keynesianismo militar. **Oikos**: Universidad Católica Silva Henríquez-Santiago de Chile, n. 23, p. 51-76, 2007.

COSTA, Geórgia Belisário Mota. **Segurança e Forças Armadas**: um estudo do orçamento do Ministério da Defesa (2000-2010), 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.
COSTA, Júlio César Franco da. **Contribuições da participação brasileira em Operações de Paz da Organização das Nações Unidas, para a segurança, defesa e desenvolvimento do Brasil** (Trabalho de Conclusão do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia). Rio de Janeiro; ESG, 2015.

COTHREN, Richard. A model of Military Spending and Economic Growth. **Public Choice**, v. 110, n. 1/2, p. 121-141, 2002.

DAVOODI, Hamid; CLEMENTS, Benedict; SCHIFF, Jerald; DEBARE, Peter. Military Spending, the Peace Dividend, and Fiscal Adjustment. **IMM Staff Papers**, v. 48, n. 2, p. 290-316, 2001.

DEGER, Saadet; SEN, Somnath. Ch 11 - Military Expenditure and Developing Countries. In: HARLEY, Keith; SANDLER, Todd (Ed.). **Handbook of Defense Economics** - v. 1. North Holland: Elsevier, p. 274-307, 1995.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. São Paulo: Atlas, 1985.

DUNNE, Paul. The political economy of military expenditure: an introduction. **Cambridge Journal of Economics**, v. 14, n. 4, Oxford University, p. 395-404, Dec. 1990.

FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P.; SILVA, F. L.; CHAN, B. L. **Análise de Dados: Modelagem Multivariada para Tomada de Decisões**. Ed Campus, 2009.

FIANI, Ronaldo. Teoria econômica clássica e teoria econômica marginalista. **Revista de Economia Política**, v. 10, n. 4 (40) , p. 128-137, out./dez., 1990.

FIELD, A. **Descobrimo a Estatística usando o SPSS**. Porto Alegre: Artmed, 2. ed, 2009.





FONTOURA, Paulo Roberto Campos Tarrisse da. **O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas**. Brasília: FUNAG, 1999 (Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco)

FORDHAM, Benjamin O.; WALKER, Thomas C. Kantian Liberalism, Regime Type, and Military Resource Allocation: do democracies spend less? **International Studies Quarterly**, v. 49, n. 1, p. 141-157, 2005.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org). Glossário. In: **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, p. 95-100, 2009.

GIDDENS, Anthony. **The Consequences of Modernity**, Cambridge: Polity, 1990.

GUJARATI, D.; POTER, D. C. *Econometria Básica*. 5. ed. Porto Alegre: AMGH, 2011.

HAIR JR, Joseph F.; ANDERSON, Rolph E.; TATHAM, Ronald L.; BLACK, William C. **Análise Multivariada de Dados**. Trad. Adonai Schlup Sant'Anna e Anselmo Chaves Neto. 5. ed., Porto Alegre: Bookman, 2005.

HEYE, Thomas Ferdinand. Democracia, controle civil e gastos militares no Pós-Guerra Fria: uma análise realista. **Carta Internacional**. v. 10, n. 1, p. 105-134, jan-jun 2015.

HOLM, Hans-Henrik; SORENSEN, Georg. **Whose World Order?** Uneven Globalization and the End of the Cold War, Boulder: Westview, 1995.

HOLTON. R. J. **Globalization and the Nationa-State**. London: Macmilian, 1998.

KANT, I. **A paz perpétua**: um projeto filosófico. Trad. Artur Morão, Covilhã: LusoSofia – Universidade da Beira Interior, (c1795), 2008 (Textos Clássicos de Filosofia)

KHALID, Masoud Ali; NOOR, Zaleha Mohd. Military Expenditure and Economic Growth in Developing Countries: Evidence from System GMM Estimates. **Journal of Emerging Trends in Economics and Management Sciences**, n. 6, v. 1, p. 31-39, 2015.

KELLSTEDT, Paul M.; WHITTEN, Guy D. **Fundamentos da pesquisa em ciência política**. 2. ed, São Paulo: Blucher, 2015.





KENKEL, Kai Michael. Interesses e identidade na participação do Brasil em operações de paz. **Revista tempo do mundo**. v. 3, n. 2, p. 9-35, ago/2011.

KEYNES, John Maynard. **Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. Coleção Os Economistas. Tradução de Mário R. da Cruz. E Paulo de Almeida. São Paulo: Nova Cultura, (c1973), 1996.

_____. **Como Financiar a Guerra**: Um plano radical para o Ministério da Fazenda. Ministério da Marinha, (c1940), 1970.

KNIGHT, Malcom; LOAYZA, Norman; VILLANUEVA, Delano. The Peace Dividend: Military Spending Cuts and Economic Growth. **Staff Papers – International Monetary Fund**, v. 43, n. 1, p. 1-37, 1996.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 2. ed., São Paulo: Atlas, 1991.

LANDAU, Sabine; EVERITT, Brian S.. **A handbook of statistical analyses using SPSS**, Chapman & Hall/CRC, Washington, D.C., 2004.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed., São Paulo: Atlas, 2003.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução de Florestan Fernandes. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MATOS, Patrícia de Oliveira. **Orçamento e Defesa Nacional**: uma análise da participação do setor defesa no orçamento federal de 2000 a 2009. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS: PODER AEROESPACIAL E ESTUDOS DE DEFESA, 3., 2009, Rio de Janeiro. **Anais do III Seminário de Estudos: poder aeroespacial e estudos de defesa**. Rio de Janeiro: UNIFA, p. 439-459, 2009.

MATTOS, Carlos Meira. **Geopolítica e modernidade**: a geopolítica brasileira. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2002.

McGUIRE, M.C. Economics of Defense in a Globalized World. In: Harley, K.; Sandler, T. (Ed.) **Handbook of Defense Economics**, v. 2, Noth Holland: Elsevier, p. 622-648, 1995.

MEYER, Arthur Vivacqua Correa. **O estado-nação na ordem mundial da globalização**. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia) – Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2013.





MINTZ, Alex. **The political economy of military spending in the United States**. New York: Routledge, 2003.

MIYAMOTO, Shiguenoli. A política externa brasileira e as operações de paz. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**.v. 98, p. 361-394, 2008.

MODELSKI, George. DEVEZAS, Tessaleno; THOMPSON, William R. **Globalization as Evolutionary Process: modeling global change – Retihinking globalization**. London and New York: Routledge, 2008.

MONCAYO, Angel Enrique Gonzalez. **Missões subsidiárias que devem cumprir as Forças Armadas da América do Sul em relação às novas ameaças na região**. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia) – Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2014.

MORAES, Marco César de. A Estratégia Nacional de Defesa e o Orçamento da União. **Coleção Meira Mattos - Revista das Ciências Militares**, Rio de Janeiro, n. 21, Abr/2010. Disponível em: <<http://www.eceme.ensino.eb.br/meiramattos/index.php/RMM/article/view/42>>. Acesso em: 30 Jun. 2016.

NAIDITCH, Artur Faleiro. “A cobra fai fumar”: a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial. **Novas Fronteiras: Revista Acadêmica de Relações Internacionais da ESPM-Sul**, v. 2, n. 2, p. 17-23, Jul-Dez/2015.

NASSER, Filipe. Pax brasiliensis: projeção de poder e solidariedade na estratégia diplomática de participação brasileira em operações de paz da organização das nações unidas. In: **O Brasil e as operações de paz em um mundo globalizado: entre a tradição e a inovação**. Org.: Kai Michael Kenkel, Rodrigo Fracalossi de Moraes, Brasília: Ipea, p. 213-241, 2012.

PACHECO, Carlos Américo. Desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 6, p. 113-140, jun/1996.

PARADISO, José. **Prefácio à edição brasileira**. In: ANGELL, Norman. **A Grande Ilusão**. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2002.

PAYNE, James E.; SAHU, Anandi P. **Defence Spending and Economic Growth**. San Francisco: Osford-Westview, 1993.



POMPEU, Luís Fernando Nogueira. **Aspectos políticos do orçamento de defesa**: o orçamento da Marinha do Brasil e a Política de Defesa nacional. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 2009.

POSSATI JUNIOR, Gilmar Rodrigues. **Orçamento público**: investimentos em defesa no Brasil. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Finanças Públicas – ênfase em administração orçamentário-financeira) – Escola de Administração Fazendária, Brasília, 2012.

RAMALHO, Antonio Jorge Rocha; GOES, Fernanda Lira. Aspectos do financiamento das Operações de Paz da ONU: implicações para a política externa Brasileira. **Boletim de Economia e Política Internacional**. Deint - Ipea, n. 2, abr. 2010.

RIBEIRO, José Mateus Teixeira. **A participação brasileira em missões de paz**: a contribuição para a inserção internacional do país. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia) – Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2014.

RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. Coleção Os Economistas (tradução de Paulo Henrique Ribeiro Sandroni). São Paulo: Nova Cultural, (c1827) 1996.

ROGERSON, William P. Ch 12 - Incentive models of the defense procurement. In: HARLEY, Keith; SANDLER, Todd (Ed.). **Handbook of Defense Economics** - v. 1, North Holland: Elsevier, p. 309-346, 1995.

SALGADO, Nilton Moreira. **Contribuições da participação brasileira em Operações de Paz da Organização das Nações Unidas, Defesa e desenvolvimento do Brasil** (Trabalho de Conclusão do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia). Rio de Janeiro; ESG, 2015.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis; PALACIOS JUNIOR, Alberto Montoya Correa. As medidas de confiança no Conselho de Defesa Sul-americano (CDS): análise dos gastos em Defesa (2009-2012). **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 57, n. 1, p. 22-39, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292014000100022&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 Jun. 2016.

SEINTENFUS, Ricardo. De Suez ao Haiti: a participação brasileira nas Operações de Paz. In: FUNAG. **O Brasil e a ONU**, Brasília: FUNAG, p. 39-58, 2008.



SELVANATHAN, Saroja; SELVANATHAN, Eliyathamby. Defence expenditure and Economic Growth: a case study of Sri Lanka using causality analysis. **International Journal of Development and Conflict**. n. 4, p. 69-76, 2014.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed., ver. Atual, Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA FILHO, Edison Benedito da; MORAES, Rodrigo Fracalossi de. **Dos "dividendos da paz" à guerra contra o terror**: gastos militares mundiais nas duas décadas após o fim da guerra fria – 1991-2009. Textos para discussão do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada - Brasília, n. 1754, Rio de Janeiro: IPEA, jul. 2012.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. Coleção Os Economistas (tradução de Luiz João Baraúna). v. 2. São Paulo: Nova Cultural, (c1976), 1996.

SOUZA JÚNIOR; Afonso Farias; FREIRE, Luis Tirre. **Orçamento e contingenciamentos**: potencialização dos impactos negativos e fragilização da defesa nacional. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia) – Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2009.

STOCK, James H.; WATSON, Mark W. **Intorduction to Econometrics**. 3. ed., New York: Pearson, 2010. (The Addison-Wesley series in economics).

STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE. **SIPRI Military Expenditure Database**. Disponível em: <<http://www.sipri.org/yearbook/>> Acesso em: 01 nov. 2016.

TRINDADE, Valério Stumpf. Cenários, Operações no Amplo Espectro e Brigadas de Cavalaria Mecanizadas. **Military Review - Revista Profissional do Exército dos EUA**, edição brasileira - n. 6, tomo LXVIII, p. 2-12, 2013.

UŠIAK, Jaroslav. Introduction to Security Studies. In: ONDREJCSÁK, Robert (Org.). **Introduction to Security Studies**. Bratislava: Center for European and North Atlantic Affairs, p. 11-28, 2014.

VELÁSQUEZ, A. C. S. Why Some States Participate in UN Peace Missions While Others Do Not: An Analysis of Civil-Military Relations and Its Effects on Latin America's Contributions to Peacekeeping Operations. **Security Studies**, v. 19, n. 1, p. 160-195, 2010.



_____. **The myth of the democratic peacekeeper:** civil-military relations and the United Nations. Baltimore: Johns Hopkins University, 2013.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 3. ed., São Paulo: Atlas, 2000.

WALLERSTEIN, Immanuel. Análise dos Sistemas Mundiais. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. **Teoria Social Hoje.** São Paulo: Unesp, 1999.

_____. Mundialização ou era de Transição? Uma visão de Longo Prazo da Trajetória do Sistema-Mundo. In: CHESNAIX, F. **Uma Nova fase do Capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003.

WARNER, John T. Ch 13 - The economics of military Manpower. In: HARLEY, Keith; SANDLER, Todd (Ed.). **Handbook of Defense Economics** - v. 1, Noth Holland: Elsevier, p. 347-398, 1995.

